

O Papel da Igreja em Projetos de Desenvolvimento no 3º Mundo na Visão da IECLB — MADRAS — Índia — Abril de 1988¹

Huberto Kirchheim

1. Sonhando Juntos

A esperança por “novos céus e nova terra” nos irmana, rompendo fronteiras desse mundo desigual, tão distante da imagem de Deus. Apesar de quase 3 décadas de pseudo-políticas desenvolvimentistas entre Norte-Sul, os povos do 3º Mundo e grandes segmentos mesmo no 1º Mundo são vítimas de uma miséria massificante. Próximos a um extermínio, clamamos pelo pão nosso de cada dia, perdão de dívidas, libertação do mal, enfim clamamos para que seja feito assim na terra como no céu. Não mais queremos que isso seja somente um sonho. Pois sabemos, usando palavras de D. Helder Câmara: “Quando sonhamos sozinhos, é somente um sonho. Mas quando sonhamos juntos, é o começo da realidade”.

Como obreiro da Igreja de Jesus Cristo no Brasil e não como especialista em economia, política e projetos desenvolvimentistas, reparto com vocês minha modesta contribuição. Essa contribuição vem da sofrida e difícil tentativa de, a partir do Evangelho de Jesus Cristo, concretizarmos sinais de sonho por vida abundante para todos no contexto brasileiro.

Dívida, servidão, castigo, credores, perdão e devedores — são palavras e realidades do cotidiano dos povos da América Latina. É impossível fechar os olhos para as origens e conseqüências dessas realidades. E a própria Bíblia ilumina nossa caminhada na tentativa de rompimento e superação dessa situação de dependência. A fé que alimenta a organi-

¹ — Essa palestra foi apresentada na reunião anual da Comissão de Serviço Mundial da Federação Luterana Mundial, agências doadoras e representantes de Igrejas Luteranas. O autor é membro dessa comissão, representando as igrejas latino-americanas e, por extensão, as Igrejas do 3º Mundo.

zação do pobre povo de Deus na busca por libertação, nos ensina que Bíblia e Vida são insuperáveis. Por isso os convido a juntos ensaiarmos essa leitura popular da Bíblia, a partir da parábola do Credor Incompassivo (Mt 18.23-35). Queremos que o texto nos desafie a clarear a nossa própria visão da realidade e a definir melhor o "papal da Igreja em projetos de desenvolvimento no 3º Mundo, a partir da IECLB".

Não trago a vocês respostas, programas e verdades absolutas. Reparto uma caminhada e vos convido a caminharem juntos com suas idéias, experiências, críticas, corações e mãos abertas para a solidariedade com o "Cristo que entre nós está e tão dificilmente o reconhecemos".

2. Releitura da Parábola do Credor incompassivo (Mt 18. 23-35).

Deus constrói seu Reino com pequenos, fracos e empobrecidos; com pessoas que nada valem e nada possuem para saldarem suas dívidas. O Reino de Deus de fato é um tanto escandaloso e utópico.

No mundo, em que as pessoas regulam a sua convivência por sistemas, estruturas e leis, a situação é bem diferente. Dívidas devem ser pagas. Assim os bancos internacionais convidam o Ministro da Fazenda do Brasil para os Estados Unidos ou Europa. Está em jojo uma dívida no valor de 130 Bilhões de Dólares. Anualmente devem ser pagos aprox. 12 bilhões — em forma de juros. Como pagar? Com a fome e a miséria do povo? Pequenos agricultores perderam sua terra, porque não conseguiram pagar o empréstimo nos bancos. Mesmo nas comunidades eclesíásticas, o devedor tem que saldar sua respectiva dívida. Comunidades experimentam dificuldades com os que em consequência do visível processo de empobrecimento, não mais conseguem pagar a sua contribuição à comunidade eclesíástica.

Todos esperamos que dívidas sejam pagas! E agora? Deve o Brasil, tomar novos empréstimos, mesmo que isso reforce e cimente sua dependência dos países ricos e industrializados?

Sobre essa e outras perguntas se discute. No entanto, uma coisa está clara: Dívidas devem ser pagas! "Onde iríamos parar", perguntam os países industrializados e também muitos de nós, "se dívidas simplesmente fossem ignoradas"?

Aqui estamos como membros da comissão, representantes das respectivas igrejas luteranas no Departamento de Serviço Mundial da

FLM, representantes de organizações de ajuda — representantes de Igrejas do hemisfério sul e norte, respectivamente o que tem o dinheiro e o que precisa dele.

Porém, no mesmo instante, 85% da população brasileira experimenta que, apesar de mais trabalho e sacrifício, empobrece sempre mais. Sente que não consegue libertar-se das malhas de uma dependência interna e externa.

De certa maneira uma parte do nosso texto reflete essa situação:

“Por isso o reino dos céus é semelhante a um rei, que resolveu ajustar contas com os seus servos. E passando a fazê-lo, trouxeram-lhe um que lhe devia dez mil talentos. Não tendo ele, porém, com que pagar, ordenou o senhor que fosse vendido ele, a mulher, os filhos, e tudo quanto possuía, e que a dívida fosse paga. Então o servo, prostrando-se reverente, rogou: Sê paciente comigo e tudo de pagarei” (Vv. 23-26).

Trata-se de um rei que convoca seus súditos para prestação de contas. Podemos compará-lo a um grande banqueiro. Emprestou a um dos seus súditos alguns milhares. Agora quer o pagamento da dívida. No entanto, o devedor não pode pagar.

Nessa história, contada por Jesus, o dono do dinheiro não procede como o devedor, da forma como os bancos internacionais com os Ministros da Fazenda dos países do 3º Mundo. Ouçamos a continuação da parábola:

“E o senhor daquele servo, compadecendo-se, mandou-os embora, e perdoou-lhe a dívida” (V. 27).

Assim Deus age. Perdoa aos que nada fizeram para merecê-lo. Agracia pessoas que não podem retribuir. Por isso, em nossa parábola, o devedor pode reviver. Está livre do peso da dívida. Livre das malhas de dependência. Agora pode respirar livremente. Pode organizar sua vida, sem temer a intromissão do dono do dinheiro. Isso é vida com alegria e esperança. “Vida abundante”, conforme as palavras de Jesus. Exatamente isso deveria ser o alvo e sentido de real (verdadeira) ajuda para o desenvolvimento. Talvez vocês dirão: isso é utópico e pedagogicamente inviável (impossível)!

Jesus conta essa parábola numa situação, em que credores convocam os respectivos credores para o pagamento de suas dívidas, apesar de eles mesmos viverem do perdão.

Dessa forma anuncia o juízo sobre essa nossa selvagem realidade:

“Saindo, porém, aquele servo, encontrou um dos seus conservos que lhe devia cem denários; e, agarrando-o, o sufocava, dizendo: Paga-me o que me deves. Então o seu conservo, caindo-lhe aos pés, lhe implorava: Sê paciente comigo e te pagarei. Ele, entretanto, não quis; antes, indo-se, o lançou na prisão, até que saldasse a dívida”. (Vv. 28-30).

Talvez tenhamos o mesmo sentimento: Isso é uma vergonha! Esse malandro, beneficiado com o perdão de sua dívida de milhões, não está disposto a perdoar a pequena quantia do seu conservo. Estamos frustrados! Sentimos raiva! Isso nos incomoda!!

Porém, exatamente essa é nossa realidade. De minha própria experiência sei que, num país, determinado por leis e critérios do capitalismo selvagem, o dinheiro investido tem que trazer retorno. A lógica do sistema capitalista é: capital investido tem que ser multiplicado às custas de milhões de pessoas.

Mas ainda acontecem milagres. De maneira crescente pequenos agricultores, os sem-terra e operários se unem e se organizam em associações e sindicatos. Em conjunto lêem e interpretam a Bíblia à luz da realidade concreta e vivencial. Na leitura da Bíblia descobrem que Deus não quer que alguém passe fome, que pessoas sejam exploradas e escravizadas. Em Jesus Cristo, que se tornou pobre e “assumiu a forma de servo” (Fp. 2,7), descobrem o Deus que se coloca ao lado dos sem terra, sem moradia e sem acesso à educação.

Em Jesus Cristo descobrem o irmão, a irmã, o(a) amigo(a) solidário com os pobres. Por ter pronunciado na Páscoa a última palavra sobre a injustiça e o poder da morte, renovam a sua esperança e se organizam em movimentos associativos e sindicalistas para lutar por sinais concretos de uma vida mais justa e digna.

Tal solidariedade também caracteriza os conservos nessa parábola. Ali é dito:

“Vendo os seus companheiros o que se havia passado, entristeceram-se muito, e foram relatar ao seu senhor tudo o que acontecera”. (V. 31).

Os conservos esperam do seu Senhor uma decisão. De que lado se colocará? Ao lado do devedor poderoso e incompassivo ou ao lado do pequeno, insignificante e fraco? De que lado nós estaríamos? Sejamos

honestos! Não preferimos estar ao lado do influente, inteligente e grande? A história da igreja atesta para o fato de que por tempo longo demais estivemos desse lado.

Todavia, em nossa estória, o Senhor toma partido em favor do pequeno e insignificante contra o poderoso e incompassivo devedor. Pois assim está escrito:

“Então o seu Senhor, chamando-o, lhe disse: Servo malvado, perdoei-te aquela dívida toda porque me suplicaste: não devias tu, igualmente, compadecer-te do teu conservo, como também eu me compadeci de ti? E, indignando-se, o seu senhor o entregou aos verdugos, até que lhe pagasse toda a dívida”. (Vv. 32-34).

É palavra dura, palavra de juízo sobre aquele que vive exclusivamente do perdão imerecido do seu Senhor, mas não está disposto a vivenciar esse perdão e repartir perdão imerecido. No contexto da atual situação mundial, o texto me força a perguntar: Não pode ser uma palavra dura de juízo sobre povos e igrejas, que tão somente vivem da graça incondicional, mas não estão dispostas a perdoar as injustas dívidas de países empobrecidos, ou seja, reivindicar o perdão de suas dívidas? Jesus diz aos seus discípulos e a nós, sua igreja:

“Assim também meu Pai celeste vos fará, se do íntimo não perdoardes cada um a seu irmão” (V. 35).

Qual a contribuição desse texto para a nossa busca por um conceito de ajuda para o desenvolvimento em países do 3º Mundo?

3. O Texto Questiona e Desafia:

3.1. A própria IECLB:

O v. 35, sem dúvida, lança inicialmente perguntas a mim como membro da IECLB. Percebo-me como devedor fraco, indigno do perdão. Sinto que o exercício e a vivência concreta dessa realidade de perdão não é nada fácil. Não há como negar que, durante muito tempo e renovadamente, assumimos como IECLB o papel do credor incompassivo. Ainda mais num sistema capitalista selvagem, com sua ética do lucro a qualquer custo, onde tudo tem que ser pago e nada é de graça, onde o ho-

mem só vale pelo que produz, faz, compra e vende e não pelo que é como pessoa humana, criativa à imagem de Deus, a prática do perdão é escândalo.

Atrás de portas fechadas para o povo, como diz Carlos Mesters esmeramo-nos em discussões teológicas e na elaboração dogmática da doutrina do perdão, justificação por graça e fé. No entanto, também calamus quando os servos eram jogados na prisão, quando a nação era inescrupulosamente entregue aos interesses gananciosos dos países desenvolvidos. Por tempo longo demais a Igreja assumiu a postura do servo incompassivo.

É interessante constatar que o processo da IECLB no assumir a sua responsabilidade social, política e econômica em solo brasileiro, se deu muito de fora para dentro. Fatos e acontecimentos históricos longe dela, ajudavam na sua integração na situação de sofrimento do povo brasileiro e na avaliação da sua tarefa, em confronto com o Evangelho.

Nesse sentido, lembro dois acontecimentos significativas para o ser Igreja de Jesus Cristo no Brasil:

3.1.1. A 2ª Guerra Mundial e conseqüente proibição da língua alemã nas Comunidades da IECLB, forçou-nos a cortar parte do cordão umbilical com a Igreja da Alemanha em termos de reflexão teológica e modelo de Igreja. Conseqüência inevitável da sobrevivência da nossa Igreja no Brasil e sua maior integração no contexto, foi a criação, em 1947, de uma Escola de Teologia, visando formação teológica própria.

Penso que aqui cabe a pergunta: o que significa ajuda para o desenvolvimento diante da realidade de igrejas do 3º Mundo que ainda dependem teologicamente das igrejas em países desenvolvidos? Como estimular e apoiar a formação teológica autóctone, visando "self-reliant development" em Igrejas do 3º Mundo?

3.1.2. Por mais estranho que pareça, verdade é que a transferência da Assembléia Geral da FLM de Porto Alegre para Evian em 1970, contribuiu em muito para uma tomada de posição da IECLB no que tange ao seu envolvimento social. A argumentação de que o Governo Militar da época não oferecia condições de segurança e que a Assembléia não poderia compactuar com um regime militar responsável por violência, injustiça social e violação dos direitos humanos, forçou a direção da Igreja a examinar o seu ser Igreja, seu testemunho e sua responsabilidade social e política nesse contexto.

Experimentamos que, na medida em que avançamos na contextualização do nosso ser Igreja, foi também surgindo um labor teológico

próprio. Um 1º sinal, nesse sentido, foi o Documento de Curitiba de 1970: "Nossa responsabilidade Social".

Esse documento espelha, em termos de auto-crítica, a confissão de culpa diante da tortura, da fome, miséria, enfim, da total violação de direitos humanos por parte do então regime militar. Ao mesmo tempo, porém, desafia para a colocação de sinais concretos de salvação, libertação individual e estrutural.

Simultaneamente a essas pressões externas, a própria realidade de célere empobrecimento do povo brasileiro, de maneira expressiva do campesinato, dentre os quais muitos luteranos, forçou, de baixo para cima, uma tomada de posições mais populares por parte da IECLB. Agora são os próprios luteranos que, em meio à realidade sofrida, exigem uma Igreja mais engajada e ativa. Aliado a isso, a nossa Igreja foi percebendo que sozinha seu anseio por "pão nosso de cada dia" para todo o povo era apenas um sonho. Por isso passou cada vez mais, a engajar-se ecumenicamente com outras igrejas, junto aos movimentos populares na luta pela concretização de paz com justiça, ou seja, de "assim na terra como no céu".

Tal processo de conscientização desencadeou crescentes tomadas de posições da IECLB em seu contexto específico. Por exemplo, sob o tema do ano de 1982: "Terra de Deus — Terra para todos", a IECLB, a nível de direção e comunidades, reivindicou a Reforma Agrária, que permanece sendo o maior anseio da população brasileira.

Da mesma forma procurou identificar-se com as reivindicações do povo brasileiro por uma educação mais libertadora, colocando-se em 1985, sob o tema: "Educação — Compromisso com a verdade e a vida".

Em mensagem de Natal de 1983, a Direção da Igreja, conclamou todas as suas comunidades luteranas...:

"A fé nos desafia a vermos na estrebaria, na cruz e no sepulcro vazio, os sinais da oferta de Deus para o mundo e humanidade, o seu plano de vida para todos os seres humanos. A fé nos conduz à esperança e à certeza de que não a violência, a exploração, a competição, o consumo desmedido, o individualismo e o egoísmo haverão de ser vitoriosos. Em Cristo, Deus propõe um outro caminho: o do amor a Deus e de amor ao próximo. Assim, ao verificarmos a situação econômica e social do nosso País e de sua gente, que como os demais países e povos subdesenvolvidos sofrem as conseqüências de uma política internacional que favorece aos grandes e aos ricos, entendemos que a estrebaria e a cruz de Cristo as questionam e não lhes concedem esperança".

Alegra-nos, portanto, essa constatação de que de maneira crescente a IECLB está se conscientizando da necessidade de dismantelar e ajudar a transformar estruturas geradoras de dependência, injustiça e miséria.

Nesse sentido, o Documento de Florianópolis de 1984, sob o título: "Diretrizes e Critérios para Projetos de Desenvolvimento com Auxílio do Exterior", se posiciona criticamente diante de projetos paternalistas e assistencialistas. Cito o preâmbulo desse documento:

"Os projetos para desenvolvimento não podem ser considerados como esmolas aos marginalizados, aos oprimidos e, em geral, ao povo empobrecido. Pois, se assim fossem, estariam contribuindo para a perpetuação da dependência. Os projetos deverão alicerçar-se em decisões e prioridades do povo empobrecido que vai se organizando, possibilitando constante libertação e superação de estruturas injustas".

No que diz respeito ao relacionamento da IECLB com Igrejas irmãs, especialmente luteranas, o documento "Princípios de Cooperação Inter-Eclesiástica", aprovado na Reunião do Conselho Diretor em Curitiba (03/88), posiciona-se contra relações unilaterais. Reivindica relações de parceria autêntica e igualitária, visando um intercambiar experiências missionárias e um compartilhar recíproco de recursos humanos e materiais. Isso está assegurado na tese 5:

"nesse espírito, a IECLB, deve ter a liberdade de oferecer espontaneamente seus recursos e disponibilidades a outras Igrejas; por outro lado, ela também deve ter liberdade de aceitar as ofertas de outras Igrejas e também solicitar expressamente a sua colaboração e participação missionária".

Assim como o chileno Pablo Neruda, nobel de literatura, também nós luteranos deveríamos saber que, para caminhantes, "não há caminho pronto. O caminho se faz enquanto caminhamos".

Ainda não sabemos ao certo para onde esse processo todo vai nos levar. Temos muito a aprender. Mas agora já sabemos que nossos olhos, ouvidos e bocas não podem mais se fechar à voz de Deus e ao clamor do nosso povo, que já assusta a noite e seus poderes de morte.

3.2. A Comissão de Serviço Mundial

A partir dessa caminhada da IECLB e, da releitura da parábola em questão, permitam-me levantar algumas considerações críticas com res-

peito ao trabalho da nossa Comissão e da própria FLM referente a projetos de desenvolvimento.

3.2.1. A nossa comissão tem como tarefa: "de maneira especial fortificar a responsabilidade social-cristã com o objetivo de atacar na raiz, a injustiça social e econômica". A nossa prática realmente corresponde à essa tarefa de tal maneira que em nossas decisões levamos suficientemente em consideração o conflito Norte-Sul?

3.2.2. Em nossas decisões e projetos estamos simplesmente sendo credores incompassivos que querem a todo custo algum tipo de pagamento ou vantagens? Ou já ousamos iniciar passos numa caminhada de diálogo e troca de experiências, sendo assim conservos que lutam por relações igualitárias, seja no âmbito das igrejas, seja entre as nações?

3.2.3. Estamos tendo olhos auto-críticos que percebem que a pobreza, miséria e dependência dos países do 3º Mundo se perpetuaram e aumentaram assustadoramente apesar de todos os projetos "assim chamados" de desenvolvimento? E se não percebemos isso, não será também porque em nossos critérios de avaliação ainda vigoram os números, sucessos imediatos e não o processo de conscientização e auto-determinação dos "servos devedores"?

3.2.4. Será que temos consciência de que o desenvolvimento não se faz mais exportando ou impondo tecnologias e Know how's? Que não precisamos ser pretenciosos em querer ensinar os outros a pescar?

No diálogo com os povos do Sul aprendemos que desenvolvimento se concretiza na troca de saberes. Entre outras coisas, isso significa, oportunizar e valorizar experiências comunitárias e tecnologias autóctones e contextuais. Isso tem como consequência que os peixes pescados podem ser consumidos pelos respectivos povos pescadores. Pois, como diz Júlio Santana, "o alvo não é produzir mais, para ter mais, mas empenhar-se para ser mais"².

3.2.5. Em suma: Será que somos suficientemente libertos da tentação de manipular e impor nossos critérios e condições às Igrejas e Países onde apoiamos projetos de desenvolvimento?

Não corremos o risco de também contribuir com nossa ajuda a manter a situação de dependência econômica internacional, na medida em que ajudamos a capacitar povos e grupos para que venham a pagar suas dívidas, ao invés de procurarmos romper com a estrutura do credor e devedor?

2 — Julio de Santa Ana: Solidarität zwischen Nord und Süd. In: *Evangelische Kommentare*, ano 19, julho de 1986, nº 7, p. 404.

Nesse sentido, nossos projetos deveriam visar sempre a transformação de estruturas sócio-econômicas e políticas injustas e opressoras e não a mera solução assistencialista e manutenção do status quo eclesiástico e econômico.

3.3. A Federação Luterana Mundial (FLM)

A partir da IECLB só podemos manifestar nossa alegria e apoio ao processo de reavaliação e reestruturação da FLM. Essa procura por uma definição mais clara da própria FLM é determinada, entre outras coisas, por expectativas de real comunhão entre as igrejas luteranas através do mundo, atenção maior às contribuições que podem vir das igrejas do Terceiro Mundo, diminuição de burocracia e racionalização de recursos financeiros. Orgulhosos e esperançosos estamos nos preparando no Brasil para sediar e participar da 8ª Assembléia Geral³. E que o Espírito Santo sobre e permita o brotar de uma Federação Luterana mais solidária com o Cristo crucificado, na margem do mundo.

Motivados por nossa própria experiência de crescente envolvimento social, decorrente do mandato evangélico, arriscamos também aqui levantar alguns desafios:

3.3.1. Se a FLM realmente quer, por causa do Evangelho encarnado, estar ao lado dos "servos devedores", o que está fazendo, nesse sentido, para conscientizar as igrejas do 1º Mundo, que por tantos anos viram as igrejas pobres do 3º Mundo como campo de missão?

3.3.2. Por outro lado, que passos concretos estão sendo dados a fim de que as experiências de releitura da confessionalidade luterana em terras empobrecidas, possam alimentar a própria eclesiologia visível através do trabalho e da ação da Federação?

3.3.3. "A justificação por graça e fé" nos impulsiona à prática concreta da libertação. No entanto, muitas vezes, facilmente nos perdemos em ativismos e "boas obras", esquecendo-nos da necessidade vital de celebração e vivência de espiritualidade libertadora. Sabemos que é fundamental para a caminhada de libertação que as nossas tradições de fé sejam recriadas e reatualizadas a partir dos desafios contemporâneos.

Até que ponto a Federação Luterana Mundial valoriza e anima as igrejas-membras a criarem manifestações litúrgicas autóctones, valorizando e veiculando-as?

3 -- De 7 em 7 anos a Federação Luterana Mundial realiza a sua Assembléia Geral. Coube à IECLB a honra de sediar essa 8ª Assembléia. Realizar-se-á em Curitiba, nos dias 30/01 — 06/02 de 1990, com a presença de delegados(as) das 107 Igrejas Luteranas filiadas à FLM.

3.3.4. Finalmente ainda merece ser sublinhado um aspecto crucial do nosso trabalho: Em que medida a FLM está consciente de sua tarefa profética e do poder de influência que poderia e deveria exercer, mormente junto à Igrejas e Governos de países desenvolvidos que, muitas vezes, perpetuam mentalidades e estruturas imparcialistas?

Cabe a nós igrejas-membras, pressionar e apoiar a FLM nessa busca por uma postura profética mais firme e corajosa.

Dessa maneira nos aproximamos mais do jeito de ser e agir dos "conservos" e não dos credores incompassivos da nossa parábola.

4. Vislumbrando Caminhos

O texto nos animou pela bondade de Deus. Essa manifestação de graça genuína nos permite, sempre de novo, recomeçar e redimensionar nossas vidas. Essa bondade também questionou nossa postura com relação à gritante injustiça e exploração vivida 24 horas por dia pelos povos do 3º Mundo.

"Não devias tu, igualmente, compadecer-te do teu conservo, como também em me compadeci de ti?" (V. 33).

Assim a bondade e a misericórdia de Deus nos desafiam a não compactuarmos com essa situação de desumanização. Impulsionam-nos a buscar, em mutirão, a superação dessa calamidade, através da concretização de relacionamentos e estruturas igualitárias.

Nesse sentido, arrisco dizer que as seguintes diretrizes deveriam nortear o nosso trabalho na Comissão de Serviço Mundial e na própria Federação Luterana Mundial:

4.1. Somente apoiar projetos no 3º Mundo que explicita e claramente atacam as causas da injustiça social e que desencadeiam, assim, um processo de libertação que anela "self reliant development". Que as decisões e os critérios de avaliação desses projetos estejam também nas mãos do povo empobrecido.

Nesse contexto se faz necessária um maior intercâmbio de experiências e tecnologias alternativas entre movimentos populares, igrejas e povos do hemisfério sul.

4.2. Lutar nos países e igrejas do 1º Mundo por uma conscientização libertadora com vistas à criação de uma nova ordem social-política e

econômica mundial em que todos sejamos "conservos" e não mais "credores" e "devedores".

4.3. Ajuda para o desenvolvimento só terá sentido, na medida em que ela viabiliza caminhos para resolver e estagnar a escalada de endividamento externo. Isso vale para os países e igrejas doadoras, bem como para as receptoras. Afinal a opressão nos desumaniza a todos.

4.4. Penso que serviço de desenvolvimento que não se orienta por essas diretrizes, trai a sua própria causa, a Deus e ao povo e, em última análise, perpetua dependência, status quo, morte.

Mas a graça de Deus nos dá a certeza de que, como poetiza Ferreira Gullar:

"Como dois e dois são quatro, sabemos que a vida vale à pena. Embora o pão seja caro e a liberdade pequena".

Por lutarmos pelo pão e a liberdade, somos solidários com o sonho da comunidade de Isaías:

"Não trabalharão debalde nem terão filhos para a calamidade... Eles edificarão casas e nelas habitarão; plantarão vinhas e comerão o seu fruto" (Isaías 65, 23a e 21).